

Resenhas

ANDRADE, Marta Mega de. *A cidade das mulheres. Cidadania e alteridade feminina na Atenas clássica*. Rio de Janeiro: Laboratório de História Antiga do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. 174 pp.

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em seu Setor Temático de História Antiga e Medieval, iniciado em 1988, tem propiciado o aparecimento de alguns notáveis trabalhos da lavra de seus pós-graduandos. Se considerarmos o que é provavelmente o seu terreno mais freqüentado em História Antiga, o dos estudos clássicos, duas dissertações, separadas em suas defesas por um intervalo de dois anos, ressaltam claramente sobre as demais: a do professor Marcos Alvito Pereira de Souza (1992) e a da Professora Marta Mega de Andrade (1994), esta última ora transformada no livro que comentamos. Ambas têm algo importante em comum além do fato de serem os seus temas relativos à antiga Atenas: seus enfoques partem da noção de *alteridade* — portanto, comungam da forte influência que a Antropologia (uma certa Antropologia) vem exercendo sobre muitos historiadores a partir das últimas décadas do século XX.

O texto da Professora Marta é extremamente coerente no tocante ao vínculo lógico que une premissas, desenvolvimento e conclusões. Ocupa-se do feminino — encarado como conjunto de representações, “uma construção do imaginário” — em sua relação com a *pólis* dos atenienses; uma relação de alteridade, de exclusão, que no entanto se configura como um dos fundamentos daquilo de que constitui o “outro” e de que é excluído. Para abordar o seu tema, a Autora decidiu fazer um contraponto entre o teatro cívico de Atenas — representado por Eurípidas e Aristófanes — e um escrito de Xenofonte, o *Econômico*. As escolhas quanto às fontes prendem-se ao recorte cronológico da pesquisa: a passagem do século V para o IV a.C., época de crise para a *pólis* dos atenienses, portanto de debates (aos quais não se furtou o teatro da cidade) acerca da cidadania democrática ameaçada ou, talvez, já em dissolução.

É interessante recordar que, se a Autora se interessa pelas representações do feminino, existe uma teoria psicológica que crê ter sido a tomada de consciência pelo pensamento da oposição conceitual masculino/feminino — isto é, da dualidade irreduzível dos sexos — a origem de *todos* os sistemas humanos de representação.¹

Um estudo como o que empreendeu, argumenta a Autora, não tem seu interesse limitado à própria Antiguidade helênica: afinal, questões como a alteridade, o feminino e a cidadania continuam atuais. Não foi por acaso que uma jovem historiadora, escrevendo na última década do século XX, viu-se atraída — ou “escutou a chamada”, como prefere dizer, do teatro grego de fins do século V a.C., com “sua abordagem do estranhamento do feminino”.

Não acho conveniente resumir aqui a argumentação que Marta tece ao longo de seus seis capítulos, nem as conclusões em que o texto, fluindo com grande naturalidade, vai desembocar. Melhor convidar o leitor a inteirar-se por si mesmo de uma obra de História extremamente bem arquitetada e que prima pela inteligência no uso da documentação.

Prefiro ressaltar outro ponto. A publicação do livro não ocorre isoladamente, mas sim ao mesmo tempo que vários outros volumes são também lançados; o que dá continuidade à leva de publicações com que o LHIA marcou também o ano 2000. O que acabo de dizer, se considerado em conjunto com a já notável longevidade da revista *Phoenix*, mostra a enorme vitalidade que vem marcando ao longo dos anos a atuação do Laboratório de História Antiga da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Demonstra igualmente, pela qualidade do trabalho da professora Marta ora publicado, que, apesar de todas as dificuldades, conseguem-se com frequência resultados muito apreciáveis em unidades de ensino e pesquisa crescentemente sucateadas, dilapidadas e ameaçadas, como têm sido ultimamente as universidades federais deste país. Numa época em que o governo federal faz o possível para acabar com elas — se não privatizando-as, o que até agora não teve a possibilidade de fazer, matando-as de inanição —, bem de acordo com ditames perversos acerca das universidades latino-americanas de órgãos internacionais a que nos atrelaram na atual fase da história brasileira, a defesa da dissertação de Marta Mega de Andrade e agora sua publicação, fatos ocorridos em universidades federais, constituem lembretes de que, com todas as agruras e sob tantos ataques do poder, as universidades públicas do Brasil permanecem um *locus* de atividades intelectuais intensas e de alto nível. Por quanto tempo mais, porém, se as tendências atuais conseguirem persistir em Brasília?

Ciro Flamarion Cardoso

Nota

¹ Tal opinião foi defendida, por exemplo, no livro: HÉRITIER, F. *Masculin/féminin: la Pensée de la Différence*. Paris: Odile Jacob, 1996.

CHEVITARESE, André Leonardo. *“O Espaço Rural na Pólis Grega. O Caso Ateniense do Período Clássico”* Rio de Janeiro: Laboratório de História Antiga do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. 349 p.

O livro do doutor André Leonardo Chevitarese constitui-se em uma das mais importantes obras sobre a antigüidade já produzidas em língua portuguesa. Fruto de sua tese de doutorado, a obra possui aquelas características que todo trabalho sério de pesquisa histórica requer: vasto domínio das fontes escritas e arqueológicas, profundidade na análise o tema e bibliografia atualizada.

Afora isso, a obra procura relacionar, de forma inteligente e metódica, as três áreas do conhecimento que mais se dedicam ao estudo do Antiquidade Clássica: a História, a Arqueologia e a Antropologia. É interessante notar que o autor imbrica essas três áreas do conhecimento com grande naturalidade, procurando evitar acaloradas e tensas discussões teórico-metodológicas, o que só tornaria a obra enfadonha para o leitor. O estilo narrativo da obra prova que nem sempre uma tese de doutorado implica necessariamente uma leitura cansativa para os estudantes e pesquisadores.

Em termos de conteúdo, uma das mais interessante conclusões a que obra nos leva a chegar é a de como a democracia ateniense do período Clássico acabou representando quase sempre os interesses dos pequenos proprietários rurais. Embora a democracia grega tivesse um alto grau de exclusão de grande parte da população (escravos, mulheres e estrangeiros), é interessante notar que, dentro dos limites a que se propôs, qual seja, dar igualdade de participação a todos os cidadãos, ela acabou atingindo os seus objetivos, em que pese alguns poucos momentos em que a elite rural e urbana conseguiu impor seus intentos.

O professor Chevitarese demonstra que a democracia ateniense do período clássico refletia a expressão dos interesses dos cidadãos mais pobres, dos quais a grande maioria era, sem dúvida, formada de pequenos camponeses. Embora os cidadãos mais pobres não tenham conseguido em momento algum aprovar um projeto de redistribuição de terras, para Chevitarese a sua participação ativa e efetiva nos assuntos da pólis permitiram que a democracia ateniense se caracterizasse por um alto grau de participação do corpo cívico.

Uma das provas contundentes levantadas pelo autor para comprovar a idéia acima referida é o fato de a democracia ateniense ter sofrido algumas tentativas de golpe por parte da elite intelectualizada que não aceitava a igualdade de participação.

Chevitarese também argumenta que a pólis ateniense elaborou um conjunto de leis sobre o espaço agrário que permitiu, quase sempre, que as pequenas famílias se protegessem das intempéries naturais e políticas. A preocupação com o auto-abastecimento de víveres, e as regras regulando a herança e a comercialização de grãos, estariam entre as principais dessas medidas.

Em geral, durante o transcorrer da obra, o autor se coloca como objetivo compreender a forma como espaço rural foi utilizado pelos antigos atenienses, e como esse espaço estava profundamente relacionado com os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da Atenas do período Clássico. Essa proposta de pesquisa, colocada pelo autor, por si só já seria uma árdua missão de pesquisa, tendo em vista que a maioria das fontes escritas do período Clássico preferiram concentrar-se mais nos aspectos urbanos do que na vida agrária de Atenas.

Sabendo disso, o autor abstém-se de ficar preso à literalidade do que as fontes escritas mencionam a respeito do espaço rural, buscando concentrar-se nos silêncios, nas entrelinhas dos textos, na comparação destes com os artefatos da cultura material, e com as informações advindas das escavações arqueológicas. O autor lança mão da epigrafia, utilizando várias inscrições no trabalho confrontativo com os textos literários e os dados arqueológicos no intuito de compreender a vida do pequeno camponês ático. O exaustivo número de fontes levantadas pelo autor a respeito do mundo rural prova a complexidade do uso e da ocupação do solo na Ática.

O livro também abdicou de sua função didática. Ele contém inúmeras tabelas comparativas, mapas detalhados das regiões estudadas e uma série de imagens de vasos onde as atividades rurais aparecem pintadas. Por isso tudo, a obra constitui-se um corpo coeso e esclarecedor de informações combinadas que fazem emergir a vida agrária ateniense. Por isso tudo, trata-se de obra de referência.

José Francisco de Moura

LESSA, Fábio de Souza. *Mulheres de Atenas. Mélissa, do Gineceu à Ágora*. Rio de Janeiro: Laboratório de História Antiga do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001, 137 p.

Este presente trabalho do professor Fábio de Souza Lessa é resultado de uma longa pesquisa que começou a ser feita nos últimos anos do curso

de Graduação de História e que foi concluída com a defesa da sua Dissertação de Mestrado. Trata-se, portanto, de um longo processo de amadurecimento intelectual, onde o leitor terá o prazer de encontrar uma discussão refinada, com uma abordagem que se afasta (e muito) do discurso historiográfico tradicional relacionado à mulher na antigüidade grega.

O livro é composto de três capítulos: o primeiro analisa o perfil da esposa bem-nascida (*mélissa*) na documentação imagética; o capítulo seguinte apresenta uma interessante releitura da vida privada ateniense, indo muito além daquela discussão que se contenta em verificar os aspectos legais e jurídicos da esposa (em relação ao marido e à sociedade); o último capítulo, aponta a fragilidade de aplicação do modelo *mélissa*, observando vários momentos de transgressão feminina na documentação antiga. Há uma bibliografia muito bem organizada e um anexo extremamente útil, onde o leitor não especialista encontrará informações precisas sobre as formas e o contexto social de uso dos vasos áticos.

Da composição do livro esboçada acima, seria importante salientar ainda alguns outros pontos:

1ª muito embora apareçam referências bibliográficas ao longo do texto, o leitor irá se deparar com uma narrativa envolvente, a qual o prenderá do início ao fim da leitura. Convém observar, sob o ponto de vista do leitor, que estas referências bibliográficas atestam a importância do trabalho do professor Fábio de Souza Lessa, situando-o na ponta das atuais pesquisas relativas ao estudo da mulher na antigüidade grega;

2ª verifica-se também uma preocupação do autor em ir além dos dados oferecidos pela documentação literária antiga grega, trazendo para a discussão não só plantas de casas do período clássico, como informações valiosas do universo feminino advindas das análises das imagens contidas nos vasos áticos do quinto século; e

3ª o autor demonstra muito conhecimento e segurança na aplicação do gênero, enquanto categoria de análise para “[...] *entender a diferença entre masculino e feminino como resultado da organização social da relação entre os sexos, logo distanciada do determinismo biológico*”. Esta opção teórica permitiu ao referido pesquisador discutir a inserção da mulher — não no interior de um discurso historiográfico tradicional, o qual remete a mulher à casa, ao espaço doméstico, aos cuidados do tear e da roca, nem muito menos de um discurso panfletário que procura situar a mulher antiga grega desempenhando papéis e realizando ações não atestados pela documentação — sob o ponto de vista relacional, isto é, onde homem e mulher interagem e dialogam entre si. Em outras palavras, a mulher, a partir desta perspectiva, passa a ter voz, passa a ser ativa.

Sob o ponto de vista editorial, trata-se de uma obra com características atípicas, já que ela é o resultado direto de anos de pesquisa de um professor brasileiro voltado aos estudos da antigüidade grega. Isto implica dizer, o livro coloca o leitor na ponta dos atuais debates que estão em curso sobre a mulher e o feminino no mundo antigo grego. Esta posição contrapõe-se à equivocada preferência das editoras brasileiras que privilegiam (em muitos casos) traduções ou reedições de livros relativos ao mundo antigo, os quais estão completamente defasados em termos do conhecimento, não sendo de grande valia (com exceção do debate historiográfico) para as diversas disciplinas oferecidas pelos professores de História Antiga nos departamentos de História das universidades brasileiras.

Sem sombra de dúvida, o livro do professor Fábio Lessa é uma grata surpresa ao público brasileiro, principalmente aquele leitor interessado em antigüidade, mas que só lê em português, tão pouco habituado a ter em suas mãos obras que resultaram de pesquisa.

André Leonardo Chevitarese

DABDAB TRABULSI, José Antônio. *Ensaio sobre a mobilização política na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. 144 p.

Este ensaio é a tradução, sem alterações, do livro publicado na França, em 1991, pelo atual professor titular de História Antiga da UFMG, dando ao público brasileiro a oportunidade de travar contato com suas reflexões originais sobre temas muito relevantes, tanto para os estudiosos da Antigüidade, como do mundo moderno. O livro insere-se nas abordagens de matriz marxista características dos estudiosos da Antigüidade de Besançon, na França. O ensaio divide-se, de forma cronológica, em quatro capítulos, o primeiro sobre o alto arcaísmo, o segundo sobre a época arcaica, o terceiro sobre a época clássica e o último sobre os excluídos e a mobilização política.

Já na introdução, o autor concorda com Moses Finley e considera que é no mundo das cidades (*póleis*) que podemos observar a mobilização política, excluindo, portanto, tanto os períodos helenístico e romano imperial, como as outras sociedades antigas. Ao tratar do alto arcaísmo, Dabdab estuda Homero não tanto como representante do antigo mundo palacial, mas como contemporâneo das *poleis*. Os reis homéricos não se-

riam o *wanax* micênico, caracterizado como um soberano à maneira oriental, com poder incontestado, pois vivem um mundo de assembleias. Nestas, no entanto, prevaleceria o *unanismo*, neologismo do autor para referir-se à unanimidade ou, então, a cisão. Essa ideologia fluiria da elite para o povo, pois os valores da nobreza se teriam difundido pelas camadas não nobres da sociedade, de maneira que a sociedade guerreira dos poemas homéricos já apresenta, em potência, o mundo políade. Os valores da nobreza teriam, assim, fluído para a massa.

O estudo do período arcaico dá continuidade ao mesmo modelo sociológico, segundo o qual os valores surgem nas elites e se espriam para o povo. A exigência igualitária, elaborada inicialmente nos círculos aristocráticos e guerreiros, ter-se-ia alargada até a democracia. O *demos* ambicionava penetrar nos quadros aristocráticos. Ressurge, então, o discurso da oposição entre o Ocidente e o Oriente, pois o autor se pergunta como a Grécia se destacou do modelo oriental. Ressalta que a instabilidade era percebida como coisa ruim, buscava-se a coesão interna e a “harmonia”. Apresenta, em seguida, uma “ousadia”, nas palavras de Ciro F.S. Cardoso, nas orelhas do livro, ao comparar a tirania grega arcaica e a ditadura populista latino-americana, cujos pontos em comum seriam o alargamento das bases sociais do poder, o favorecimento parcial do povo e o desenvolvimento, ainda que parcial, da consciência social das camadas populares.

A época clássica é caracterizada como mobilizadora para a exclusão. As festas populares, como as dionisíacas, são consideradas como um mecanismo alienante, assim como as procissões e as representações teatrais. O ostracismo é explicado pelo medo generalizado no tecido social da *stasis* e de suas conseqüências, em busca do bom entendimento cívico. O papel da escravidão merece destaque, ao final do volume. O autor reafirma que a ideologia é um instrumento de controle de uma parte, a elite, sobre o todo social, ainda que reconheça que é delicado saber em que medida os escravos incorporavam a ideologia dominante que tentava impor-lhes a dicotomia ócio/escravidão. Em seguida, contudo, volta a um modelo holístico, ao considerar que o tipo social e psicológico do cidadão só existe em relação ao mundo da dependência e que toda a ética do mundo antigo se funda nisso.

Os modelos analíticos postos em ação pelo autor partem de alguns pressupostos bastante consolidados no discurso científico mas que têm sido questionados. Considera-se a sociedade grega como um todo, cujos valores seriam compartilhados também por todos. Os modelos normativos de cultura, contudo, têm sido criticados por deixarem em segundo plano as diversidades e contradições sociais. Em decorrência do modelo

normativo, segundo o qual haveria valores compartilhados por todos, assume-se uma concepção holística, na qual a elite formularia valores, aceitos ou mesmo almejados pelo resto da população. Este seria o caso do desprezo pelo trabalho, formulado como dicotomia *skholé/douleia*. Em seguida, e como consequência, surge uma oposição, também holística, entre dois tipos de civilização ou culturas, a Grécia (ou Ocidente) e o Oriente. No entanto, tem-se mostrado como tais construções são criações recentes. Ellen Meiksin Wood adverte que o desprezo pelo trabalho deriva do mito da *idle mob* e é, portanto, uma invenção moderna. Martin Bernal e Edward Said mostram como a dicotomia Oriente/Ocidente tampouco é antiga. Carlo Ginsburg ressalta que o modelo holístico, ao considerar a elite como difusora de seus valores para o resto da sociedade, acaba por desconsiderar as especificidades e interesses de amplos segmentos, reduzidos à emulação do *ethos* aristocrático. No que se refere ao teatro grego, reduzi-lo à alienação é subestimar tanto o teatro, como o povo.

Estas observações não diminuem, de forma alguma, os grandes méritos do volume. O autor soube utilizar-se de modelos analíticos consagrados apresentando, de forma original, uma série de interpretações inovadoras. Os poemas homéricos são reintroduzidos em seu contexto histórico, no século VIII, dispensando-se à mobilização política um estudo aprofundado e comparativo tampouco usual. O ostracismo é tratado como elemento central, em sua explicação holística, assim como a escravidão, tema sempre difícil para um modelo normativo de sociedade, é apresentada como elemento central, ainda que conceitualmente externo à *koinonia*, para a noção de “invenção grega da liberdade”. Além desses méritos na lógica interna, não se poderia deixar de mencionar a relevância do volume no contexto brasileiro, pois são estudos como este que permitirão compreender a relevância da Antiguidade para nosso contexto contemporâneo. Por todos estes motivos, recomenda-se, portanto, vivamente, a leitura deste belo livro.

Pedro Paulo A. Funari